

CLIPPING JURÍDICO

14 de Junho de 2019



Artigos

- Enquanto a Previdência não vem
- As mudanças na LGPD

Empresas

- Engie quer assumir papel relevante no gás natural
- Na crise da Avianca, passagem sobe 23%
- Azul confia em alternativa do governo
- Vale negocia dois acordos com a Justiça

Legislação & Tributos

- STF veta extinção de conselhos criados por lei
- Justiça afasta tributação sobre doação de ações
- Empresa de turismo obtém isenção de ISS
- Prazo de suspensão de execuções na recuperação é contado em dias corridos
- Promulgada lei que readmite excluídos do Simples Nacional por inadimplência

Notícias gerais

- Lei orçamentária deve ter alerta a parlamentar sobre políticas falhas
- Corte da Selic em 2019 torna-se cenário predominante no mercado
- Nova reforma reduz benefício de trabalhador privado próximo da aposentadoria
- Produção de carnes soma 6,3 milhões de toneladas no primeiro trimestre
- Ministro da Tecnologia envia plano de Internet das Coisas a Bolsonaro





Enquanto a Previdência não vem

Nossa economia segue empacada enquanto a reforma da Previdência, condição sine qua non para evitar iminente crise fiscal, é debatida no Congresso Nacional. Ainda que total prioridade deva ser dada a ela, há outras iniciativas que poderiam avançar para alavancar a retomada do país quando a aprovação for consumada. Uma delas é a autonomia do Banco Central.

Defende-se a autonomia do BC para que possa executar, sem interferências externas, o mandato que os eleitores, indiretamente, lhe conferiram. A independência/autonomia dos bancos centrais é geralmente restrita à condução da política monetária. O objetivo é controlar a inflação. Alguns bancos centrais têm objetivos adicionais, como o Fed, mas o controle da inflação tem prioridade. Ou seja, os bancos centrais, normalmente, não gozam de independência para definirem seus objetivos, mas tão somente para atingirem as metas que lhe foram atribuídas pela sociedade quanto à inflação.

As opiniões dos economistas sobre independência dos bancos centrais costumam desafiar preconceitos. Keynes era favorável à autonomia do BC: "Quanto menos direto o controle democrático e quanto mais remotas as oportunidades para a interferência parlamentar com a política bancária, melhor será" (New Statesman and Nation, 17 e 24 de setembro, 1932).

Já Milton Friedman não via a independência com bons olhos, porque permitiria a manipulação da moeda, enquanto ele defendia a implementação de uma regra de crescimento constante da moeda.

Projeto de autonomia do BC constitui avanço fundamental para consolidar nossas instituições monetárias

Em termos teóricos, a independência/autonomia do BC serviria para mitigar o problema da inconsistência dinâmica (Kydland e Prescott, "Rules Rather than Discretion: The Inconsistency of Optimal Plans", Journal of Political Economy, 1977). É inerentemente humano fazer planos de longo prazo que acabarão descumpridos quando o prazo longo virar curto, gerando perdas. Por isso, é comum sociedades terem formas de mitigar tal problema. A independência/autonomia do BC é uma forma de lidar com esse problema.

Há geralmente uma tensão entre políticos e bancos centrais. Trump não perde oportunidade de mandar o Fed reduzir juros. Mas também o presidente Bush (pai) costumava reclamar da política monetária restritiva conduzida pelo Fed. Bush ressentia-se de não ter conseguido a reeleição em 1992, quando perdeu para Bill Clinton, e atribuía parte da culpa pela derrota ao fato de os juros não terem sido reduzidos muito rapidamente. Sobre Greenspan, Bush teria dito: "I reappointed him, he disappointed me" (eu o reconduzi, ele me desapontou).

Nosso BC nasceu independente, em 1964, com mandatos para seus dirigentes. Mas, em 1967, o general Costa e Silva demitiu o primeiro presidente do BC, Dênio Nogueira. Quando advertido por Roberto Campos da perda de credibilidade que tal medida traria, teria dito: "O guardião da moeda sou eu" (A Lanterna na Popa).





A evidência empírica internacional, analisada por Daron Acemoglu e coautores ("When Does Policy Reform Work? The Case of Central Bank Independence", Brookings Papers on Economic Activity, 2008), mostra que a adoção da autonomia do BC é mais eficiente em países cujas instituições não são nem muito fracas, como no caso do Zimbábue, nem muito fortes, como no caso do Reino Unido. Ou seja, teríamos muito a ganhar com a autonomia do BC.

O objetivo do projeto ora em discussão na Câmara é consolidar a atual autonomia de fato em autonomia de direito. O PLP 112/2019, que altera a Lei 4.595, dispõe sobre a autonomia técnica, operacional, administrativa e financeira e sobre os mandatos dos dirigentes do BC. Os diretores e presidente do BC terão mandatos de quatro anos, podendo haver dois mandatos consecutivos. Os mandatos dos diretores serão imbricados, com dois nomeados a cada ano. A nomeação é do presidente da República e a aprovação, do Senado Federal. Exoneração pode ocorrer a pedido, por doença incapacitante ao exercício do mandato, por condenação judicial ou desempenho insuficiente.

No caso de desempenho insuficiente, o CMN é quem deve submeter ao presidente da República a proposta de exoneração, que deve ser aprovada por maioria absoluta dos membros do Senado Federal. O projeto atualiza as formas de intervenção do BC, nos mercados monetário e cambial, inclusive com utilização de derivativos. Exime os diretores e funcionários do BC de responsabilização por atos praticados no exercício de suas atribuições, exceto dolo ou fraude.

Explicita uma série de requisitos de transparência e prestação de contas que hoje são praticadas, como publicação de diversos relatórios e indicadores econômicos, bem como chamada de consultas públicas e outros mecanismos de participação popular na elaboração e discussão de atos normativos ou para colher subsídios sobre assuntos de interesse geral.

O projeto estabelece como objetivo fundamental do BC assegurar a estabilidade de preços. Sem prejuízo do objetivo fundamental, adiciona o objetivo de zelar pela estabilidade financeira. Armínio Fraga vem propondo que outro objetivo secundário deveria ser adicionado, o de suavizar o ciclo econômico (Valor Econômico, 7/6/2019). É ponto pacífico que a prática do BC, bem como da maioria dos demais bancos centrais que adotam o regime de metas para inflação, seja a de suavizar o ciclo econômico, como prescreve a teoria. Não obstante, teme-se que a explicitação de tal princípio na lei possa abrir caminho para uma interpretação alternativa, esta sim muito negativa, a de que o BC pudesse e devesse acelerar a expansão da economia, mantendo a taxa Selic em níveis mais baixos do que os necessários para assegurar a inflação na meta.

Em suma, o projeto de autonomia do Banco Central do Brasil constitui avanço fundamental para consolidar nossas instituições monetárias. Sua aprovação, num país que pôs fim à hiperinflação há menos de 25 anos, não seria feito de pouca monta.

Márcio G. P. Garcia, Ph.D. por Stanford, professor titular do Departamento de Economia da PUC-Rio

Fonte: Valor





As mudanças na LGPD

Com a aprovação do Projeto de Lei de Conversão definindo-se que referida pessoa deverá possuir nº 7/2019 (oriundo da Medida Provisória nº conhecimento jurídico-regulatório e estar apto a 869/2018) pela Câmara dos Deputados e pelo prestar serviços especializados de proteção de Senado Federal, a Lei Geral de Proteção de Dados dados, e que o operador também poderá ser (LGPD) passa a ter o que deve ser a sua redação obrigado a indicar um Encarregado em final, pendente apenas da sanção do presidente Jair determinados casos, a serem disciplinados pela Bolsonaro. ANPD.

Embora o destaque dessa alteração legislativa O texto do Projeto de Lei de Conversão manteve a tenha sido a criação da Autoridade Nacional de prescrição de que o DPO pode ser tanto uma Proteção de Dados (ANPD), agência reguladora que pessoa natural como uma pessoa jurídica, será a responsável pela fiscalização da Lei e permitindo assim o que se chama no exterior de aplicação das suas respectivas sanções, o texto DPO as a service, a prestação dos respectivos que segue para sanção presidencial trouxe diversas serviços por uma empresa especializada.

mudanças na redação da LGPD, inclusive com o A redação da MP nº 869/2018 modificava a acréscimo de penalidades severas para o obrigação de que, nos casos de pedidos de revisão descumprimento reiterado das obrigações pelo titular de dados das decisões tomadas previstas na legislação. unicamente com base no tratamento automatizado

Sanções que haviam sido vetadas pelo ex-de seus dados, essa revisão tivesse que ser presidente Michel Temer no ano passado, a realizada por uma pessoa natural, permitindo a sua exemplo da suspensão das atividades de execução por um algoritmo. Contudo, o texto que tratamento de dados pelo período de seis meses ou foi aprovado pelo Congresso Nacional novamente mesmo a proibição parcial ou total do exercício dispôs que a revisão deve ser realizada por uma dessas atividades retornam ao texto da LGPD, pessoa física, o que inquestionavelmente implicará podendo ser aplicadas, no entanto, somente em elevados custos com mão de obra para as situações de repetição da conduta infratora, empresas que adotem esse tipo de operação.

quando uma das outras sanções previstas pela Lei Outra alteração significativa foi a inclusão de já tenha sido anteriormente imposta. dispositivo que proíbe as operadoras de planos de

A LGPD veio para ficar e será um marco de extrema importância no cenário jurídico brasileiro saúde de realizarem o tratamento de dados pessoais de saúde para qualquer tipo de seleção

O Data Protection Officer (DPO), nomeado na de riscos na contratação de produtos ou na adição legislação brasileira como Encarregado, ganhou ou exclusão de beneficiários.

contornos mais precisos,



Entretanto, manteve-se a previsão de que o e, retomou várias atribuições específicas da ANPD, compartilhamento de dados de saúde com o que estavam inicialmente disciplinadas na redação objetivo de obter vantagem econômica será original da LGPD, mas que foram alteradas ou permitido em determinados casos, desde que suprimidas quando da edição da MP nº 869/2018. sempre em benefício dos interesses dos titulares Em linhas gerais, boa parte das mudanças trazidas de dados. pelo Projeto de Lei de Conversão nº 7/2019

Em relação à ANPD, o modelo adotado pelo retomam disposições que estavam no texto legislador certamente não é o ideal, uma vez que a original da LGPD e que foram vetadas pelo ex-agência reguladora continua, ao menos presidente Michel Temer, como as gravosas transitoriamente, como um órgão da administração sanções de suspensão ou proibição do exercício pública federal, ligado à Presidência da República, o de tratamento de dados por parte de determinada que pode levantar suspeitas sobre a sua efetiva empresa ou entidade pública.

independência. No entanto, a escolha por essa Como o novo governo verá essas alterações ainda estrutura foi pautada no modelo do que era é uma incógnita, mas uma coisa é certa: a LGPD possível para o momento, respeitando-se as veio para ficar e será um marco de extrema limitações da Lei de Responsabilidade Fiscal e se importância no cenário jurídico brasileiro, evitando carrear novo vício de iniciativa que poderia colocando o país em pé de igualdade com diversas culminar em outro veto pelo presidente da outras jurisdições que já possuem legislações República sobre o tema. Entre termos uma robustas sobre o tema. E quanto antes soubermos Autoridade Nacional que não é perfeita ou não a redação final da lei, melhor será para a termos órgão regulador algum, não há dúvidas que segurança jurídica das atividades de tratamento de a primeira opção é manifestamente melhor. dados.

Além disso, o texto aprovado trouxe outros pontos positivos relativos à ANPD: fixou que a natureza jurídica da agência é transitória, podendo ser transformada em autarquia dentro do prazo de dois anos; definiu que os membros do Conselho Diretor deverão passar por sabatina perante o Senado Federal, como ocorre com os conselheiros do Cade; estabeleceu que o afastamento preventivo dos membros do Conselho Diretor pelo presidente da República somente poderá ocorrer quando assim recomendado pela comissão especial que conduzirá o respectivo processo administrativo disciplinar;

Felipe Palhares é sócio fundador do Palhares Advogados, mestre em Corporate Law pela New York University, primeiro brasileiro a ser reconhecido como Fellow of Information Privacy e o único a obter todas as certificações de privacidade e proteção de dados da International Association of Privacy Professionals (CIPP/E, CIPP/US, CIPP/C, CIPP/A, CIPM, CIPT).

Fonte: Valor





Engie quer assumir papel relevante no gás natural

Ao concluir ontem a compra da Transportadora (Bradesco, Itaú e Banco do Brasil, Credit Agricole, Associada de Gás (TAG), a Engie estreia no BNP Paribas, ING, Mitsubishi, Mitsui, Société mercado brasileiro de gás natural, com o objetivo Générale e Sumitomo). Para o executivo, o apoio de se tornar um dos agentes mais relevantes do dessas institui es   um sinal "muito positivo" setor, disse o presidente da companhia no Brasil, para o país.

Maurício B hr. Com o fechamento da opera o, a "Esses bancos não são emprestaram dinheiro, mas Petrobras transferiu 90% de suas a es na TAG em modalidade de financiamento que não tem para a Aliança – empresa constituída pela Engie e garantias adicionais além do próprio projeto.   um o fundo canadense de pensão Caisse de D p t et Placement du Québec (CDPQ), que depositaram R\$ próprio. O Brasil goza dessa credibilidade nesse momento, de aceitar que esse dinheiro seja 31,5 bilhões na conta da estatal.

Segundo B hr, a compra da TAG permite   Engie se colocado em um negócio sem as garantias usuais, posicionar no mercado brasileiro de gás, num como garantias corporativas dos sócios.   um momento em que o setor passa por um "ciclo de project finance que demonstra o interesse dos desenvolvimento" semelhante ao vivido no bancos de entrar investindo a longo prazo e nesses mercado de energia elétrica nos anos 1990. volumes", disse.

"Queremos ser um 'player' importante e que está O fechamento da opera o estava previsto junto no mercado para que as coisas aconteçam. inicialmente para 31 de maio, mas foi adiado por Queremos ter papel relevante, dinâmico e que força de uma liminar do ministro do Supremo fomente essa abertura", afirmou. Tribunal Federal (STF), Edson Fachin. A cautelar,

B hr destacou que o interesse da Engie não se no entanto, foi derrubada na semana passada, limita ao segmento de transporte e que a empresa após a Corte decidir que subsidiárias de estatais também mira outros negócios dentro do mercado podem ser vendidas sem aval do Poder Legislativo de gás. "Vamos trabalhar em outras oportunidades, ou necessidade de licita o. como a distribui o, a estocagem e o biogás", "Culminou com um aval do STF, que foi algo muito disse. positivo. D  robustez e segurança necessária que

Além do valor pago diretamente pela Aliança   transa o passou por 1,5 ano de negocia o, com Petrobras, mais R\$ 2 bilhões foram destinados   crivo do TCU [Tribunal de Contas da União], e que liquida o de uma d vida da TAG com o Banco foi coroada com aprova o do Supremo Nacional de Desenvolvimento Econ mico e Social mostrando que está tudo dentro da normalidade", (BNDES). O negócio foi estruturado com 30% de disse B hr.

capital próprio e 70% de financiamento junto a um pool de dez bancos



A TAG passa a ser comandada a partir de hoje pelo engenheiro Gustavo Labanca, então diretor de desenvolvimento de negócios da Engie Brasil. De olho em novas oportunidades de negócios no Brasil, Bähr conta que já a partir de hoje a empresa passará a se concentrar na defesa de uma mudança da regulação que veda a participação de empresas de serviços públicos de energia elétrica no segmento de distribuição de gás. "Isso não faz sentido", afirma.

Questionado se a Engie tem interesse de participar de eventuais privatizações de distribuidoras estaduais de gás canalizado, Bähr disse que o negócio atrai o interesse porque permitiria à companhia "ter uma conexão direta com os clientes". Ele afirmou ainda que também acompanha de perto os desdobramentos da discussão sobre a abertura do mercado de gás.

O executivo destacou a importância de se manter o respeito aos contratos e que vê como positiva a proposta do governo de abrir a capacidade ociosa dos gasodutos existentes. "Seria uma oportunidade de diversificação [de clientes para seus gasodutos]", disse.

A TAG será operada agora pela Engie (58,5%), CDPQ (31,5%) e Petrobras (10%). Os sócios asseguraram direito de preferência caso a estatal coloque à venda sua fatia remanescente.

Fonte: Valor



Na crise da Avianca, passagem sobe 23%

A paralisação dos voos da Avianca Brasil favoreceu Para o analista, nos próximos meses, as rivais da o ambiente para as companhias aéreas elevarem Avianca devem ampliar a oferta de voos, os preços das passagens. Um levantamento feito compensando parte da redução sofrida desde pelo Kayak, site de busca de serviços de viagem, a abril. Mas os preços serão mais altos. Desde 2017, pedido do Valor, mostrou que o preço médio das a Avianca operava com tarifas abaixo da média do passagens subiu 23% desde que a empresa em mercado. "Essas tarifas muito agressivas se recuperação judicial começou a fazer os primeiros mostraram insustentáveis. Acho difícil que as cancelamentos de voos, em abril. O valor médio concorrentes pratiquem uma política de preços dos bilhetes aéreos passou de R\$ 1.149 para R\$ semelhante. Na média, as tarifas devem ficar mais 1.408. caras, mesmo após a ampliação da oferta", afirmou Castellini.

A pesquisa comparou os preços de passagens em voos domésticos entre 14 de fevereiro e 12 de abril No mês de maio, Gol, Latam e Azul registraram deste ano (antes do anúncio dos primeiros uma aceleração no transporte de passageiros em cancelamentos de voos da Avianca Brasil) com os voos domésticos. As empresas associam esse valores apurados entre 13 de abril e 11 de junho movimento à suspensão da operação da Avianca, (após o início dos cancelamentos). Os preços das no fim do mês, e à greve dos caminhoneiros em passagens referem-se a viagens marcadas para o maio do ano passado - o que tornou baixa a base intervalo entre 1º de junho e 3 de setembro. de comparação.

Os voos ligando Guarulhos a Brasília foram os que As companhias têm buscado ampliar a oferta de mais subiram, com alta de 64% no intervalo, para voos nas cidades onde a Avianca deixou de operar, de R\$ 465, em média. aproveitando o momento favorável.

Voos de Guarulhos para Campo Grande subiram Entre as três maiores empresas aéreas do país, a 50%, chegando a R\$ 510. A rota ligando Guarulhos Azul apresentou a maior taxa de crescimento, com a Goiânia, por sua vez, aumentou 40%, para R\$ 438, um avanço de 32,8% no tráfego aéreo em maio, em em média. comparação com o mesmo mês de 2018, chegando a 1,8 milhão de passageiros. No

Para André Castellini, analista da Bain & Company, acumulado dos cinco primeiros meses do ano, o crescimento foi de 22,6% A Azul lançou em junho dificilmente os preços das passagens sofrerão voos ligando Brasília a Recife e Brasília ao Rio de Janeiro. Em maio, lançou voos ligando Guarulhos mercado no fim do ano passado e em menos de (SP) a Foz do Iguaçu (PR) e a Navegantes (SC). cinco meses vai a zero. No curto prazo, o aumento Todas essas rotas eram oferecidas pela Avianca nas tarifas é irremediável para equilibrar oferta e Brasil.

"Houve uma redução de oferta em um período voos ligando Brasília a Recife e Brasília ao Rio de Janeiro. Em maio, lançou voos ligando Guarulhos mercado no fim do ano passado e em menos de (SP) a Foz do Iguaçu (PR) e a Navegantes (SC). cinco meses vai a zero. No curto prazo, o aumento Todas essas rotas eram oferecidas pela Avianca nas tarifas é irremediável para equilibrar oferta e Brasil. demanda", afirmou.



A Gol lançou voos, mas em rotas diferentes da Mas, pelo impasse atual em Congonhas, Santos Avianca. A companhia anunciou neste semestre Dumont e Guarulhos, estes aeroportos não voos de Guarulhos para Cascavel (PR), Passo receberam o aumento possível de oferta", afirmou Fundo (RS), Vitória da Conquista (BA), Sinop (MT), Jerome Cadier, presidente da Latam.

Franca (SP), Barretos (SP), Araçatuba (SP), A Anac suspendeu cautelarmente todos os voos Dourados (MS) e Cabo Frio (RJ).

A Gol aumentou em 7% o tráfego de passageiros preocupações relacionadas à segurança. em voos domésticos em maio, para 2,7 milhões de Procurada, a agência reguladora informou que, em pessoas. Nos cinco primeiros meses do ano, a taxa relação aos direitos de pousos e decolagens foi de 4,9%, ante 4,4% no acumulado de janeiro a ("slots") da Avianca nos aeroportos de Guarulhos, abril. Congonhas e Galeão, a redistribuição só será feita

"Sabemos que parte desse crescimento está "em caso de suspensão definitiva das operações relacionada à atual situação da Avianca, que gerou da empresa aérea".

aumento de procura a todas as companhias Enquanto a operação da Avianca não for encerrada aéreas. Também creditamos uma parcela desse de forma definitiva, a Anac segue o calendário aumento ao fato de termos tido greve de normal de distribuição de slots, feita a cada seis caminhoneiros em 2018, que impactou os negócios meses, com reavaliação prevista para outubro. e o País como um todo", afirmou Paulo Kakinoff, Pelas regras da agência, a empresa perde o direito presidente da Gol. de uso dos slots se não operar com regularidade.

A Latam também ampliou a oferta de voos em Em Guarulhos, por exemplo, a Avianca já perdeu os cidades antes atendidas pela Avianca Brasil, com slots porque está há 46 dias sem fazer nenhum partidas de São Paulo para Manaus, Salvador, voo no aeroporto, o que corresponde a 26% do Navegantes (SC), Foz do Iguaçu (PR), Cuiabá, São total de voos que deveria fazer por semestre.

Luís, Recife e Rio de Janeiro. Em Congonhas, a Avianca está há 19 dias sem

A Latam registrou aumento de 6,3% no tráfego de voar. Se ficar parada até 21 de junho, também passageiros no Brasil em maio, totalizando 2,5 perde o direito aos slots de Congonhas. Sem esses milhões de pessoas. De janeiro a maio, a expansão slots, a companhia não terá nada relevante para foi de 6,3%, superior à verificada no acumulado até vender em seu processo de recuperação judicial.

"A Latam está fazendo um esforço para atender à em voos domésticos caiu 2,8 pontos, baixando demanda de voos em regiões que deixaram de ser para 11%.

atendidas pela Avianca. Temos aumento de nossas frequências em vários Estados.



A Avianca Brasil começou a cancelar voos em 13 de abril, chegando no dia 28 de abril com operação apenas nos aeroportos de Congonhas, em São Paulo, e Galeão, no Rio. Com a suspensão total de voos, a fatia da Avianca sofre uma queda drástica em maio, chegando a zero em junho.

A Avianca Brasil entrou em recuperação judicial em dezembro do ano passado.

Fonte: Valor



Azul confia em alternativa do governo

O presidente da Azul, John Rodgers, sobe o tom das críticas às rivais Gol e Latam, acusando-as de voos, a agência divide igualmente o número de "parar a Avianca para ficar com o duopólio na slots entre as empresas que já operam no aeroporto de Congonhas, entre Azul, Gol e Latam. Mas, se aparecer um novo competidor, a governo vai dar uma alternativa para que um novo Anac pode distribuir 50% dos slots para o novo entrante" possa competir com mais força. Para ele, este novo competidor é a Azul.

Rodgers observou que a Avianca, em recuperação judicial, está há um mês sem fazer voos em Guarulhos e, por isso, vai perder aos slots (direitos de pousos e decolagens) nesse aeroporto. O mesmo acontecerá com os slots de Congonhas e Galeão, se a empresa permanecer parada por mais tempo. A Avianca teve todos os voos suspensos pela Agência Nacional de Aviação (Anac) há 20 dias.

"Esse sempre foi o propósito de Gol e Latam, parar a Avianca para ficar com o duopólio na ponte aérea", disse Rodgers.

"O processo de recuperação judicial foi feito para não dar certo. Agora confio que o governo vai dar uma alternativa para que um novo entrante possa competir nesses aeroportos com mais força", acrescentou.

O executivo disse considerar a Azul um novo competidor, mesmo com a empresa já tendo slots nos aeroportos. "A Azul tem três slots em Congonhas. As outras têm 138 slots cada uma. Quem diz que a Azul já pode competir na ponte aérea mente porque para competir preciso ter frequência de voos", afirmou o executivo.



Em relação à chegada da Globalia no país, O executivo acrescentou que o novo modelo Rodgerson disse que a empresa ainda não tem possui 30 assentos a mais em comparação aos estrutura montada para oferecer voos na ponte modelos antigos e oferece uma economia de aérea. "O governo deveria olhar rápido para essa combustível de 7%, tornando os voos mais questão, porque no momento Gol e Latam estão se rentáveis para a companhia.

aproveitando do momento para aumentar os O executivo disse que, em agosto, a Azul recebe o preços. E os consumidores querem a Azul na ponte primeiro avião do modelo E2 da Embraer. "Meu aérea", afirmou. sonho é ter esse modelo na ponte aérea, voando

O presidente da Azul disse que chegou a falar uma das rotas mais importantes das Américas", sobre esse assunto com representantes do disse Rodgerson.

Conselho Administrativo de Defesa Econômica O executivo não informou qual será o tamanho da (Cade). Recentemente, o Cade informou que vai frota até o fim do ano. Atualmente, a Azul opera recomendar à Anac fazer uma redistribuição dos com 130 aviões. A companhia prevê abrir cinco slots em Congonhas privilegiando a concorrência novas rotas no país até o fim do ano.

no setor. "Dei a minha opinião, mas é uma decisão que cabe apenas ao governo", disse Rodgerson. O Tribunal de Contas da União (TCU) também decidiu nesta semana abrir processo para avaliar medidas adotadas pela Anac e pelo Ministério da Infraestrutura relacionadas à suspensão dos voos da Avianca.

Ontem, em Campinas (SP), a Azul recebeu o primeiro avião da Airbus do modelo A330neo entregue nas Américas. O modelo é a aeronave mais nova da fabricante. Rogerdson disse que a companhia vai receber cinco aeronaves desse modelo até o fim do ano. Com essa aquisição, a aérea via chegar ao fim do ano com 12 aviões da Airbus.

"Começamos com voos para Orlando [EUA] com essa aeronave. Também vamos usar esse modelo para voos para a Europa", disse Rodgerson.

Fonte: Valor



Vale negocia dois acordos com a Justiça

A curto prazo a prioridade da administração da A política atual, instituída pelo ex-presidente Fabio Vale continua sendo reparar os danos causados Schvartsman, prevê o pagamento de 30% do lucro pela tragédia de Brumadinho (MG) e chegar a antes de juros, impostos, depreciação e acordos definitivos com autoridades brasileiras. A amortização (Ebitda, na sigla em inglês), menos o mineradora está trabalhando para assinar dois investimento corrente. O BTG disse no relatório Termos de Ajustamento de Conduta (TACs): um que a empresa poderia reestabelecer uma fórmula relacionado aos impactos socio-econômicos e antiga de pagar aos acionistas o equivalente a outro ligado a questões ambientais resultantes do cerca de 50% do fluxo livre de caixa.

rompimento da barragem de Brumadinho, em Sobre os acordos com a Justiça, a administração janeiro. Todo esse cenário foi descrito pelo da Vale destacou na reunião que está trabalhando presidente da Vale, Eduardo Bartolomeo, a para assinar dois acordos separados, um sócio-analistas de bancos recebidos pela companhia, no econômico, que já está em uma fase adiantada e Rio, na quarta-feira. com quase todo o valor provisionado, e um acordo

Um dos temas discutidos na reunião foi o cenário ambiental, que ainda precisa ser negociado, diz o para retomada do pagamento de dividendos aos relatório. Os dois acordos só devem ser fechados acionistas. Não está claro ainda quando isso no próximo ano, mas há a expectativa de que poderá acontecer. Logo depois da tragédia a Vale outros pequenos acordos sejam assinados na anunciou a suspensão da remuneração aos segunda metade de 2019.

investidores, seja via dividendos ou por meio do Também presente ao encontro, o Bradesco BBI pagamento de juros sobre capital próprio. A avaliou, em relatório, que a Vale está no caminho empresa tinha em andamento um programa de para recuperar a confiança da sociedade e dos recompra de ações, que também foi suspenso. investidores. Segundo o banco, a mensagem

O BTG Pactual, presente ao evento, disse em passada pela administração da Vale foi positiva, relatório que acredita que a administração da Vale embora fosse esperado um acordo mais rápido adotou um tom "prudente", esperando "recuperar o entre a companhia e as autoridades sobre as direito" de distribuir dividendos aos indenizações referentes a Brumadinho.

depois do desastre de Brumadinho. Pelo lado positivo, as provisões adicionais

Para o banco, o retorno dos pagamentos é uma relacionadas ao caso devem ser registradas no questão de tempo. segundo trimestre, o que deve fornecer uma

No mercado, comenta-se se poderá haver alguma estimativa melhor do valor total que será gasto mudança na fórmula de pagamentos de com o caso.

dividendos, quando a companhia voltar a remunerar seus investidores.



"A administração parece concordar com a nossa estimativa de US\$ 4 bilhões a US\$ 5 bilhões", diz trecho do relatório. No primeiro trimestre de 2019, a Vale registrou um impacto financeiro de R\$ 19 bilhões referente a Brumadinho.

Quando os investidores entenderem que é improvável que as compensações ultrapassem o número de US\$ 4 bilhões a US\$ 5 bilhões, é esperado que as ações sejam reclassificadas, disse o Bradesco BBI. A Vale é negociada a preço equivalente a quatro vezes o Ebitda esperado para 2020, relação mais baixa dentro do histórico da companhia e com desconto de 40% para a concorrente Rio Tinto.

A corretora Itaú BBA destacou que a Vale está otimista com a retomada das operações na mina de Brucutu (MG), uma das principais da empresa no Estado. O retorno de Brucutu poderá adicionar 20 milhões de toneladas de capacidade uma vez que a empresa já produz no local 10 milhões de toneladas pelo sistema a seco. Na reunião, a Vale comunicou que o conselho aprovou investimento de US\$ 50 milhões para estudos da potencial expansão da produção no sistema norte, no Pará.

Fonte: Valor



STF veta extinção de conselhos criados por lei

O plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) Representante do governo federal na Justiça, o impôs ontem uma derrota ao governo federal ao advogado-geral da União (AGU), André Mendonça, derrubar trecho de um decreto que extinguiu, a disse haver uma "histeria" em torno do assunto. partir do dia 28, conselhos da administração Para ele, a extinção dos conselhos faz parte de pública federal previstos em lei. Foi a primeira vez uma política de ajuste fiscal do presidente.

que a Corte analisou uma medida assinada pelo "O diploma questionado não se propõe a descartar presidente Jair Bolsonaro. a participação direta dos segmentos sociais no

O decreto anunciado em abril previa que exercício do poder estatal. Trata, tão somente, de colegiados mencionados na legislação, mas sem coibir a proliferação exagerada do número desses pormenorização sobre sua competência ou colegiados no âmbito da administração e de composição, fossem abolidos. Mas os ministros conferir racionalidade ao seu funcionamento", entenderam que, mesmo que a lei não traga esse disse o AGU.

detalhamento, o Executivo não pode interferir em A Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) foi decisões tomadas pelo Congresso Nacional, por ajuizada pelo PT e teve parecer da Procuradoria-respeito ao princípio constitucional da separação Geral da República (PGR) pela derrubada integral dos poderes. do decreto. Ao se manifestar sobre o caso em

O governo fica proibido assim de extinguir os sustentação oral na Corte, o vice-procurador-geral conselhos com menção formal em lei, mas foi dada Luciano Mariz Maia disse esperar que "os discricionariedade à presidência para suprimir conselhos não sejam substituídos, no processo aqueles criados por meio de portaria ou decreto. decisório, por grupos de WhatsApp".

Segundo estudo por amostragem divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em 2017, 40% dos conselhos brasileiros foram criados por meio de lei - ficando, pelo voto do relator, imunes à extinção pelo governo. A Advocacia-Geral da União (AGU), no entanto, estima um número bem menor, de cerca de 10%.

Entre os colegiados que não têm amparo legal e que são passíveis de extinção por ato presidencial, estão o Conselho Nacional de Segurança Pública; o de Política Criminal e Penitenciária; o de Proteção e Defesa Civil; e o de Erradicação do Trabalho Escravo. Todos esses foram instituídos por decreto.

Fonte: Valor



Justiça afasta tributação sobre doação de ações

Uma decisão da 2ª Vara Federal de Campinas (SP) O processo (nº 5002951-79.2017.4.03.6105) foi afastou a cobrança de contribuições ajuizado pela Avery Dennison do Brasil, que produz previdenciárias de dois planos de distribuição de etiquetas e materiais de embalagem. A empresa ações a funcionários - um de opção de compra pediu para afastar a cobrança de contribuições (stock option) e outro de doação (restricted stock previdenciárias (patronal e SAT/RAT) e unit). Em ambos os casos, o juiz José Luiz contribuições a terceiros sobre os planos, Paludetto entendeu que os valores pagos, ofertados pela matriz, além da restituição do que decorrentes dos planos, não representam foi pago nos últimos cinco anos.

rendimentos do trabalho - portanto, não possuem No pedido alega que os valores pagos aos natureza salarial. empregados, por meio desses planos, não têm

Os planos de stock options são usados para reter caráter salarial. Trata-se, argumenta, de um ou atrair funcionários, principalmente de alto contrato de natureza exclusivamente civil, embora escalão. Em geral, permitem aos empregados ofertado somente a pessoas contratadas.

adquirir ações de forma mais vantajosa do que no Ainda de acordo com a companhia, os planos são mercado. Há normalmente um período de carência discricionários e ocasionais, com participação para a aquisição e, após a compra, um intervalo voluntária e valor futuro de recompensa incerto e para a venda dos papéis. O outro tipo de plano - indeterminado. E não estão atrelados à restricted stock unit (RSU) - funciona de forma performance individual de cada empregado. Há, parecida, mas não há desembolso por parte do acrescenta, o risco inerente às ações e os direitos atrelados aos papéis serão adquiridos/cedidos de empregado.

A sentença é relevante, segundo advogados, empresa não sediada no Brasil (Avery Dennison porque geralmente a tributação sobre doações de Corporation), a quem caberá a realização dos ações é mantida em decisões judiciais. No caso de pagamentos.

stock options, há posicionamentos divergentes no A argumentação foi acatada pelo juiz José Luiz Judiciário. Empresas e executivos aguardam Paludetto. Ele entendeu que as contribuições definição pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). previdenciárias devem incidir apenas sobre as Empresas e União discordam sobre a natureza da verbas recebidas pelo empregado que tenham operação. Para as empresas, trata-se de um natureza salarial. "Não há que se falar em contrato de natureza mercantil. Já a Receita incidência de tal exação sobre verbas de natureza Federal entende que os valores decorrentes dos diversa, conquanto não autorizada pela legislação planos são remuneração indireta. Considera que vigente", afirma na sentença.

têm natureza salarial e, por esse motivo, aplica a contribuição previdenciária - de 20% sobre o total destinado aos funcionários.



Para o juiz, embora o plano de incentivo seja Casos envolvendo doações de ações são mais acessado pelo trabalhador em decorrência do incomuns, segundo o advogado André Fittipaldi, vínculo existente com a empresa, ele não indica sócio na área trabalhista e previdenciária do que seja cobrada alguma contrapartida do escritório TozziniFreire Advogados. Como não empregado. "A relação jurídica é de natureza envolvem o desembolso de valores pelos mercantil, remete a uma operação de risco, sendo empregados, acrescenta, é comum juízes variável o valor obtido com a operação", diz. considerarem que há caráter salarial.

O juiz considerou que o empregado pode ter lucro A questão das stock options já está na pauta do ou não. E por não ser remuneração e não ter STJ (REsp nº 1737555). Os ministros vão analisar natureza salarial, não haveria, segundo ele, um recurso da Procuradoria-Geral da Fazenda incidência da contribuição patronal. As Nacional (PGFN) contra decisão do Tribunal contribuições devidas ao RAT/SAT e a terceiros, Regional Federal (TRF) da 3ª Região, em São acrescentou, devem seguir a mesma lógica, já que Paulo, que beneficiou a Skanska Brasil. Procurada pelo Valor, a PGFN não deu retorno até o fechamento da edição.

Os planos de RSU não são remuneração, segundo a advogada Mariana Vito, do escritório Trench Rossi Watanabe, que representa a Avery Dennison no processo. "É uma forma de reter o empregado para ele se sentir sócio da empresa. Não se pode considerar remuneração", afirma. Segundo a advogada, quando o funcionário ganha benefício atrelado a ações, não sabe se irão se valorizar ou não. "O que significaria não ter, na prática, qualquer benefício."

De acordo com a advogada Luciana Simões de Souza, do mesmo escritório, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) tem posicionamento desfavorável para casos de doações de ações. Esse seria o primeiro precedente judicial que afasta a tributação sobre esse tipo de plano.

Fonte: Valor



Empresa de turismo obtém isenção de ISS

A agência de intermediação de turismo Interep Porém, o juiz José Gomes Jardim Neto, entendeu obteve sentença para não pagar ISS sobre serviços que o beneficiário do serviço encontra-se no prestados a agências de turismo, hotéis e exterior e que o resultado da prestação se verifica locadoras de veículos situados no exterior. A por lá. "É inequívoco nos autos que o beneficiário decisão, da 9ª Vara de Fazenda Pública de São do serviço se encontra no exterior, pois lá se Paulo, ainda garante a restituição dos valores situam as empresas obrigadas a remunerar a recolhidos nos últimos cinco anos. Cabe recurso. autora em virtude de reservas em seus A Interep, situada em São Paulo, faz um serviço de estabelecimentos", diz o magistrado na decisão intermediação entre os viajantes e os prestadores (processo nº 1022950-31.2017.8.26.0053).

de serviços turísticos. Por meio de seu site, hotéis e A discussão sobre o ISS nas exportações de locadoras disponibilizam suas ofertas. serviços ainda é muito controversa. Ela começou a

Quando o viajante faz uma reserva, a Interep ocorrer em 2003, quando foi editada a Lei repassa o valor para o fornecedor no exterior e Complementar nº 116. No parágrafo único do desconta sua comissão. A empresa, que sempre artigo 2º consta que a isenção do imposto não é pagou os 5% de ISS em São Paulo sobre as válida para os serviços cujo resultado se verifique comissões recebidas, porém resolveu entrar com no Brasil. Porém, o que seria considerado uma ação judicial para discutir o tema. resultado ainda gera muitas dúvidas.

Para o advogado da Interep no caso, Matheus O Superior Tribunal de Justiça (STJ) tem apenas Bueno de Oliveira, sócio do Bueno & Castro Tax duas decisões esparsas, uma favorável e outra Lawyers, o resultado da prestação de serviços pela desfavorável ao contribuinte. Em 2006, a 1ª Turma Interep não está no Brasil, uma vez que os viajantes decidiu que a GE Celma deveria pagar ISS à cidade não são os clientes da empresa, mas sim as de Petrópolis (RJ) sobre operações de retificação, agências, que estão no exterior. reparo e revisão de motores e turbinas de

A decisão, segundo o advogado, é importante aeronaves contratadas com empresas aéreas porque "traz uma visão inédita sobre o tema ao estrangeiras. Os ministros consideraram que o tratar do resultado da intermediação". Para ele, a resultado da prestação dos serviços ocorreu no sentença pode ajudar a fundamentar casos Brasil.

semelhantes de prestação de serviços de Dez anos depois, a mesma 1ª Turma decidiu a consultoria, advocacia e engenharia, entre outros. favor da CPA Engenharia, que pedia a restituição

O município de São Paulo alega no caso que o do que foi pago de ISS ao município de Porto serviço é integralmente realizado no Brasil. Por Alegre pela elaboração de projetos de obras que isso, não se trata de exportação e o ISS seria seriam executadas na França.

devido.



Segundo os ministros, a remessa de projetos de engenharia ao exterior pode configurar exportação - isenta de ISS - "quando, do seu teor, bem como dos termos do ato negocial, puder-se extrair a intenção de sua execução no território estrangeiro".

Depois desse julgamento, foram proferidas decisões favoráveis aos contribuintes em pelo menos três Estados - São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul.

O advogado Alexandre Monteiro, sócio do Bocater Advogados, que atuou durante três anos no Conselho Municipal de Tributos (CMT) de São Paulo, afirma que a decisão é inovadora e que segue no sentido diverso do que vem sendo julgado no tribunal. O órgão tem aplicado o Parecer nº 4/2016, de São Paulo.

No artigo 2º, inciso 3º, fica claro que intermediação não configura exportação de serviços. "A decisão judicial caminha no sentido dos meus votos em casos semelhantes. Deve-se avaliar o destino, onde ocorre o resultado final. Mas a maioria aplica o parecer", diz o advogado.

Ana Carolina Monguilod, sócia do PGLaw, entende, porém, que apesar de ser favorável aos contribuintes, a sentença não se aprofundou sobre o tema, que ainda é muito controverso no Judiciário. "A decisão não deve ser suficiente para nos tirar desse caos relativo à interpretação do que é resultado para fins de não incidência de ISS na exportação de serviços", afirma.

Por nota, a Prefeitura de São Paulo diz que "defende conceito de exportação de serviço nos termos do Parecer Normativo 4/2016 e manejará os devidos recursos, a fim de manter a validade dos valores recolhidos".

Fonte: Valor



Prazo de suspensão de execuções na recuperação é contado em dias corridos

O prazo de 180 dias de suspensão das execuções contra a empresa em recuperação judicial – o benefício legal conferido à recuperanda chamado *stay period* –, previsto na Lei de Recuperação e Falência (Lei 11.101/2005), deve ser contado em dias corridos, mesmo após as novas regras do Código de Processo Civil de 2015.

O entendimento é da 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça e unifica a posição do STJ sobre o tema, pois a 4ª Turma já havia se manifestado no mesmo sentido (REsp 1.699.528).

Na origem, o juízo de direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Aparecida de Goiânia (GO) deferiu o pedido de recuperação judicial de uma empresa de fertilizantes e ordenou a suspensão de todas as execuções contra ela por 180 dias "úteis".

Ao negar o recurso do banco contra a decisão, o Tribunal de Justiça de Goiás afirmou que o CPC/2015 modificou o cômputo dos prazos processuais para dias úteis e, portanto, a mesma lógica deveria ser aplicada à suspensão de execuções prevista na Lei de Falência e Recuperação de Empresas.

Para o ministro Marco Aurélio Bellizze, relator do recurso do banco no STJ, a contagem do prazo em dias corridos deve se dar pela natureza material do direito, e não pela incompatibilidade do CPC/2015 com o regime estabelecido na Lei de Falência.

A forma de contagem em dias úteis estabelecida pelo CPC/2015, segundo o relator, somente tem aplicação a determinado prazo previsto na Lei 11.101/2005 se este se revestir de natureza processual e desde que a norma se compatibilize com a lógica temporal adotada pelo legislador na Lei de Falência.

O ministro ressaltou que o prazo de 180 dias é um "absolutamente indispensável" para que ela possa regularizar e reorganizar as suas contas com vistas à reestruturação.

"Dessa forma, tem-se que o *stay period* reveste-se de natureza material, nada se referindo à prática de atos processuais ou à atividade jurisdicional em si, devendo sua contagem dar-se, pois, em dias corridos", declarou o relator.

Bellizze destacou que os prazos diretamente relacionados ao *stay period* deverão se conformar com o modo de contagem contínuo, a fim de se alinhar à lógica temporal do processo de recuperação imposta pelo legislador especial.

Fonte: Conjur



Promulgada lei que readmite excluídos do Simples Nacional por inadimplência

Microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte excluídos do Simples Nacional em janeiro de 2018 por inadimplência poderão fazer nova opção pelo regime tributário. A permissão está na Lei Complementar 168, publicada nesta quinta-feira (13/6) no Diário Oficial da União.

No ano passado, cerca de 500 mil empresas foram excluídas do programa por terem débitos pendentes.

A norma foi promulgada pelo presidente Jair Bolsonaro depois que o Congresso rejeitou veto do ex-presidente Michel Temer ao projeto que permitiu que os micro e pequenos empresários optantes do regime especial poderiam retornar ao Simples Nacional se aderissem a um programa de refinanciamento de dívidas, conhecido como Refis do Simples.

Com o veto derrubado e a promulgação da lei, os optantes do regime especial terão prazo de 30 dias para fazer nova opção pelo Simples Nacional, com efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2018. As dívidas poderão ser parceladas com descontos de até 90% dos juros, 70% das multas e 100% dos encargos legais. Com informações da Agência Senado.

Fonte: Conjur



Lei orçamentária deve ter alerta a parlamentar sobre políticas falhas

O secretário de Avaliação, Planejamento, Energia e Loterias do Ministério da Economia, Alexandre CMAS (Comitê de Monitoramento e Avaliação de Manoeil Silva, informou em entrevista ao Valor que Subsídios da União) e o CMAG (Comitê de Monitoramento e Avaliação de Gastos Diretos). O governo deve propor ao Congresso a criação de um anexo no Projeto de Lei Orçamentária Anual Nesse sentido, ele explicou que no Plano (PLOA) que informará aos parlamentares que há Plurianual (PPA) 2020-2023 em elaboração e que políticas públicas que não funcionam será enviado com o PLOA 2020 em agosto adequadamente, para que estes tenham mais também haverá definição de critérios de seleção elementos para decidir o futuro delas. de políticas a serem avaliadas periodicamente, "Essa é uma ideia do ministro Paulo Guedes. Ele reforçando essa institucionalidade com a disse que o ideal era que as avaliações de políticas participação do Congresso. chegassem ao Congresso. Se a gente quer dar De acordo com o secretário, haverá um artigo no autonomia aos parlamentares, tem que dizer a eles, PPA definindo os critérios para as políticas serem em anexo na lei orçamentária, o que funciona e o avaliadas. "No PPA estão todos os programas de que não funciona. Não podemos fazer essa medida governo", disse. "Esse artigo estará no PPA. por decreto", disse, explicando que uma medida Independentemente de o gestor querer ou não, o dessa tem que ser feita por emenda constitucional. programa será avaliado. Caiu nos critérios, o Hoje a PLOA já tem anexos detalhando quais são programa será avaliado", completou Silva. os benefícios tributários, os financeiros e Entre os critérios para seleção, estão tamanho do creditícios, riscos fiscais, entre outros. programa (volume de recursos orçamentários), O movimento em preparação completaria um relevância dele (se é prioridade na política de processo de institucionalização do processo de governo), entre outros. "Assim você integra o avaliação de políticas que teve início no governo planejamento com a avaliação", disse Silva. Michel Temer e que ganhou impulso adicional com Além desses novos processos em andamento e a criação de um novo CMAP (Comitê de preparação, o plano da área econômica é integrar Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas) as avaliações de políticas também ao processo de por decreto publicado ontem no "Diário Oficial da acompanhamento bimestral da execução União". orçamentária. A ideia, segundo Silva, é que a Junta Cabe ao CMAP, conforme o decreto publicado, de Execução Orçamentária (JEO), composta definir os critérios para a seleção de políticas atualmente por Casa Civil e Ministério da públicas a serem avaliadas, receber essas Economia, utilize-se dos resultados das avaliações avaliações e levá-las a um conselho de ministros, a de política para definir os cortes orçamentários e quem caberá decidir se elas deverão ser os remanejamentos de recursos públicos ao longo continuadas ou não. do processo de execução.



"Como não se tem avaliação institucionalizada, os cortes são historicamente feitos de maneira linear. Como você não tem critério que não seja o político, não tem critério metodológico. Quando a avaliação estiver institucionalizada, isso vai servir de subsídio para definir os cortes orçamentários", salientou o secretário. Ele explicou que, nesse ambiente, haverá melhor definição sobre onde pesarão mais os cortes. "Às vezes um programa está funcionando bem e está sendo penalizado porque não tem um critério", disse.

Para Alexandre Manoel Silva, o processo de avaliação de políticas não é um caminho para justificar a redução do Estado, e sim para dar maior eficiência. "Se determinada política não está funcionando, a redução do Estado virá para ela. Mas, para muitas políticas que estiverem funcionando bem, pode até aumentar o recurso", afirmou.

Fonte: Valor



Corte da Selic em 2019 torna-se cenário predominante no mercado

Uma nova rodada de redução da Selic em 2019 Os números do PIB do primeiro trimestre, entrou de vez no cenário dos economistas. divulgados no fim de maio, confirmaram a Pesquisa com economistas realizada pelo Valor expectativa do mercado de queda de 0,2% na mostra que o percentual dos que esperam corte da atividade. E os dados que saíram na sequência taxa básica de juros no segundo semestre reiteraram o cenário de economia muito anêmica: praticamente dobrou em relação ao levantamento indicadores da indústria e vendas no varejo anterior. Muitas variáveis começam a jogar a favor ficaram abaixo do esperado e decepcionaram os da flexibilização monetária neste ano, passando especialistas.

pela atividade fraca, inflação caminhando para ficar A fraqueza da economia sugere que a diferença abaixo da meta, ambiente político melhor e até entre o PIB real e o PIB potencial, conhecido como mesmo pelo panorama internacional. hiato do produto, pode estar maior do que o

Na semana que vem, o Comitê de Política imaginado e, portanto, a economia precisa receber Monetária (Copom) do Banco Central volta a se mais estímulos. "Temos a percepção de que o reunir e anuncia sua decisão de juros na quarta- Banco Central pode começar a perceber o hiato feira. O consenso é de manutenção da Selic em maior em seus filtros", analisa Alexandre Azara, 6,5% ao ano, mas a leitura de boa parte dos economista-chefe da Mauá Capital.

profissionais é que um corte está cada vez mais A inflação também começa a abrir espaço para o próximo de se concretizar. corte de juros. O IPCA se desvencilhou da pressão

De 63 economistas ouvidos pelo Valor, 38 esperam de alguns choques pontuais, como os preços de corte de juros neste ano, o que representa 60% do alimentos e combustíveis, e voltou a mostrar uma total. O número evidencia uma grande mudança trajetória muito tranquila. Em maio, o avanço do nas projeções do mercado, uma vez que no mesmo índice foi de apenas 0,13% e há alguma levantamento feito às vésperas da última reunião expectativa de deflação em junho. E o mercado do Copom, em maio, apenas um terço da aposta, inclusive, que os números ficarão abaixo da meta nos próximos anos. A inflação projetada amostragem tinha a flexibilização monetária como da títulos públicos, por exemplo, está em 3,14% cenário base. para 2020, 3,55% para 2021 e em 3,71% para 2022.

Evandro Buccini, economista-chefe da Rio Bravo, resume bem o que entrou de vez no radar dos "Alteramos o nosso cenário por constatarmos um especialistas e o levou a ajustar as suas projeções: hiato do produto mais aberto e a percepção de que é uma combinação de contração do PIB do a inflação deve mostrar um comportamento muito primeiro trimestre, frustração com a atividade em benigno nos próximos meses", diz Newton Rosa, abril, surpresas negativas de inflação, política economista-chefe da SulAmérica Investimentos.

monetária americana mais estimulativa e a maior probabilidade de aprovação da reforma da Previdência.



O profissional espera que o IPCA fechará o ano em 3,68%. "O ambiente inflacionário confortável deve influenciar as projeções para 2020, que devem recuar abaixo do centro da meta de 4% prevista para o próximo ano", acrescenta.

Com a atividade econômica fraca e projeções de inflação caminhando para ficar abaixo da meta de 2020, aumenta a aposta de que o BC volte a estimular a economia, com o objetivo de trazer as expectativas de inflação para o centro da meta do próximo ano.

No caso da Mapfre Investimentos, que agora projeta estabilidade da taxa básica de juros por mais tempo, o cenário internacional foi o fator determinante. "Nossa expectativa foi alterada por conta da mudança da perspectiva de política monetária americana", diz Luis Afonso Lima, economista-chefe da Mapfre Investimentos.

Os dirigentes do Federal Reserve (Fed), banco central americano, começaram a admitir a possibilidade de flexibilização da política monetária dos Estados Unidos para sustentar a expansão econômica do país. Já o Banco Central Europeu (BCE) tem reiterado plano de manter juros baixos por mais tempo e iniciar um novo programa de estímulos à economia. Outros bancos centrais, como do Chile, Índia e Austrália, estão em processo de corte do juro básico.

"O cenário externo aponta para uma desaceleração maior do crescimento global, inclusive dos EUA, que deve ser acompanhada por queda nos juros das principais economias, diante da menor pressão inflacionária", diz Aduino Lima, economista-chefe da Western Asset.

A crença no corte se fortaleceu de tal maneira que começam a surgir as primeiras avaliações de que o Banco Central poderia mudar a comunicação e sinalizar que deve seguir por este caminho. É o caso do economista-chefe do Bradesco, Fernando Honorato. Na sua visão, o Copom deve mudar a sua avaliação do balanço de riscos e indicar mais chances de queda da inflação.

Anna Reis, economista-chefe da GAP, vai na mesma linha: "Acreditamos que há chance de o Copom sinalizar que o balanço de riscos para a inflação se tornou assimétrico para baixo".

A melhora recente do ambiente político também é responsável pela aposta mais intensa neste cenário entre os economistas. Mas é unanimidade entre os especialistas que a decisão do corte não será tomada pelo Banco Central sem um forte indício de que a reforma da Previdência será aprovada. A maioria dos profissionais consultados pelo Valor acredita que, somente depois do recesso parlamentar, a reforma da Previdência será votada em primeiro turno na Câmara. Essa é a leitura de 43 especialistas do total de 63 - outros 18 analistas esperam que a votação ocorra antes da parada parlamentar e dois não responderam.

Além disso, 44 entrevistados trabalham com cenário de que a reforma trará economia fiscal de R\$ 700 bilhões a R\$ 900 bilhões em dez anos. Já um grupo de 17 analistas prevê uma poupança menor no intervalo de R\$ 500 bilhões a R\$ 699 bilhões. A consulta foi realizada entre segunda-feira e o início da tarde de ontem. O parecer do relator Samuel Moreira divulgado ontem na comissão especial estima economia em dez anos de R\$ 915 bilhões.

Fonte: Valor



<http://www.gcnlaw.com.br/>



Nova reforma reduz benefício de trabalhador privado próximo da aposentadoria

Para quem estiver a 2 anos de se aposentar, cálculo passa a ser sobre todos os salários

O novo texto da reforma da Previdência reduz o valor do benefício do trabalhador privado que está mais próximo da aposentadoria.

A mudança está na regra de transição para quem estiver a 2 anos de completar a contribuição mínima (35 anos para homens e 30 para mulheres) quando a nova lei for publicada. A reforma está em discussão na Câmara, onde ainda pode ser alterada; para valer, precisa de 3/5 de votos (308 deputados de 49 senadores), em duas votações em cada Casa.

Pela proposta original do governo, esse grupo de trabalhadores poderia se aposentar sem idade mínima, pagando um pedágio de 50% sobre o tempo de contribuição que falta (se faltar 1 ano, por exemplo, será preciso contribuir 1,5 ano). O benefício teria como base os 80% maiores salários desde julho de 1994, multiplicados pelo fator previdenciário.

No novo texto, porém, a base de cálculo do benefício desses trabalhadores será a média de todos os salários, ou seja, não serão descontados os 20% menores salários do período.

Além da nova base de cálculo ser menor, há também a aplicação do fator previdenciário, que reduz o valor do benefício para trabalhadores mais novos.

Por isso, mesmo que essa regra permita a aposentadoria sem idade mínima, o trabalhador do setor privado terá que esperar (e contribuir) mais anos para conseguir elevar o valor do benefício.

Pela tabela de fator previdenciário válida para este ano, por exemplo, para conseguir 100% da média de salários é preciso ter 59 anos de idade e 43 de contribuição, ou 60 anos e 41 de contribuição, ou 61 anos e 40 de contribuição.

As aposentadorias não podem ser inferiores ao salário mínimo e, para o trabalhador privado, são limitadas ao teto (neste ano, de R\$ 5.839,45).

O novo texto também criou uma nova regra de transição para trabalhadores do setor privado, que alivia em parte o abismo de condições entre pessoas de mesma idade e pouca diferença no tempo de contribuição. Apesar disso, o problema permanece e pode haver diferença de até 10 anos na idade de aposentadoria.

Servidor ganha tempo

Se por um lado apertou o valor do benefício para o aposentado do setor privado, o novo texto facilitou o acesso a aposentadorias mais altas para funcionários públicos que ingressaram antes de 2003;

Esses servidores têm direito a benefício de valor equivalente ao salário do último cargo ocupado (que, em alguns casos, pode ser o dobro da média salarial). Pela proposta original do governo, essa aposentadoria mais alta só seria concedida aos 65 anos de idade (homens) ou 62 (mulheres).

Com a nova regra de transição criada pelo relator, é possível obter o valor mais alto (integralidade) a partir dos 60 anos de idade (homens) ou 57 (mulheres), com o pagamento de um pedágio equivalente a 100% do tempo de contribuição que faltar na data da publicação da lei.



Um funcionário de 59 anos e 34 de contribuição, por exemplo, poderá receber a aposentadoria mais alta com 61 anos, depois de completar os 35 anos mínimos de contribuição mais o pedágio de 1 ano. Uma servidora de 53 anos e 28 de contribuição poderá receber o benefício mais alto aos 57 anos, após cumprir a contribuição mínima de 30 anos mais o pedágio de 2 anos.

Fonte: Folha de SP



Produção de carnes soma 6,3 milhões de toneladas no primeiro trimestre

O volume repete o de igual período do ano passado, conforme dados do IBGE

A produção brasileira de carnes somou 6,31 milhões de toneladas no primeiro trimestre deste ano, quando considerado o peso das carcaças. Esse volume é rigorosamente igual ao do primeiro trimestre de 2018.

Poderia ter sido maior, uma vez que os abates de bovinos e de suínos aumentaram no período, mas o de frango caiu.

Os dados são do IBGE e indicam que essa foi a produção de carne inspecionada por algum órgão oficial. A produção real, no entanto, é maior.

De janeiro a março deste ano, as indústrias de curtume adquiriram 8,5 milhões de couros para a industrialização. Nesse mesmo período, passaram por inspeção nos frigoríficos 7,9 milhões de animais. Pelo menos 600 mil foram abatidos sem a devida inspeção.

A redução no abate de frango, o único a registrar queda, foi de 2,3% no trimestre.

Essa queda é reflexo de uma situação de estresse na produção no ano passado.

Houve redução nos alojamentos de pintinhos nas granjas e queda no número de matrizes. Os custos de produção estavam elevados e o consumo interno fraco.

O cenário deste segundo trimestre, porém, está bem diferente do ocorrido no primeiro do ano. O mercado externo está aquecido, como mostraram as estatísticas mais recentes, e os abates aumentaram, afirma Francisco Turra, da ABPA (Associação Brasileira de Proteína Animal).

Para ele, a reabertura de algumas unidades frigoríficas já mostra uma outra dinâmica no setor.

O abate de suínos começou o ano em ritmo acelerado, incentivado pela demanda chinesa por esse tipo de proteína. Segundo o IBGE, 11,3 milhões de animais foram para os abatedouros, 5,5% mais do que no primeiro trimestre do ano passado.

Além do aumento da demanda externa, o setor será beneficiado pela elevada produção de grãos, o que deverá garantir custos razoáveis para as indústrias de ração e para os produtores. "O horizonte está tranquilo", diz Turra.

A captação de leite teve o melhor desempenho no primeiro trimestre em 22 anos. Dados do IBGE indicaram que a aquisição de leite cru certificado por inspeção sanitária foi de 6,2 bilhões de litros, 3% mais do que igual período de 2018.

Este ano deverá ser um bom período para o setor de proteínas. A demanda externa por carnes é intensa, principalmente por parte da China devido à ocorrência da peste suína africana naquele país asiático.

China A peste suína africana provocou queda de 10% a 15% no consumo de carne suína na China neste ano, segundo estimativas do Rabobank.

Bovinos A China volta a importar carne bovina brasileira, segundo o Ministério da Agricultura. Por um protocolo existente entre os dois países, as exportações brasileiras estavam suspensas após o caso atípico de vaca louca em Mato Grosso.

Fonte: Folha de SP



Ministro da Tecnologia envia plano de Internet das Coisas a Bolsonaro

Aguardado desde o fim da gestão Temer, plano deve impulsionar investimentos

Aguardado desde o fim da gestão de Michel Temer, o Plano Nacional de Internet das Coisas chega à etapa final. Nesta sexta (14), Marcos Pontes, ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, encaminha a minuta de decreto à Casa Civil, a ser assinado pelo presidente Jair Bolsonaro.

Com cifras para lá de otimistas, estimadas em até R\$ 172 bilhões em impacto econômico à indústria, o encaminhamento do plano era uma das metas de 200 dias da gestão do astronauta Pontes.

A ideia é estimular negócios e atrair investimentos que promovam a conexão entre máquinas, especialmente com a chegada do 5G. O termo IoT é usado para designar a conexão de objetos entre si e à internet, sendo uma promessa da indústria para cidades, fábricas e casas conectadas.

A legislação flexibilizará impostos para alguns setores de tecnologia.

O decreto prioriza quatro áreas: indústria, agronegócio, saúde e cidades. O primeiro passo será a criação de câmaras para cada um desses setores.

O avanço na tramitação do plano ocorre em consonância com a aprovação, pelo conselho diretor da Anatel, de dois textos que promovem a expansão da banda larga no Brasil: o Plano Estrutural de Redes de Telecomunicações (PERT) e a revisão da lei do Fust.

Para o ministro, o avanço simultâneo das duas agendas foi coincidência.

"Internet das Coisas não acontece sem conectividade. Destruir o Fust vai ajudar a implementá-la no país. Há um esforço grande e conjunto para conectar o Brasil", diz.

A segurança e a proteção de dados pessoais serão discutidas, segundo ele, em todas as câmaras. A privacidade é uma das preocupações mais recorrentes do setor diante da oferta de produtos que se conectam à internet sem padrões robustos de segurança.

O plano de IoT entra em cena no momento em que empresas e consumidores aguardam a chegada do 5G, que tornará os serviços mais rápidos. Um leilão de frequência da Anatel está marcado para março.

Na corrida pela internet de quinta geração, governos estão tomando decisões sobre a manutenção da chinesa Huawei em suas infraestruturas, já que a companhia sofre sanção dos EUA na esteira da guerra comercial.

"A Huawei está instalada em muitas das nossas infraestruturas no sistema de telecomunicações. A decisão [de mantê-la no país] é sempre do presidente, mas trabalhamos com fatos e dados", afirmou.

A China questiona a falta de evidências nas acusações do governo americano.

Quando perguntado sobre o incidente de segurança digital com Sergio Moro, Pontes ensaiou resposta, mas sua assessoria encerrou a entrevista, sem direito a despedida.

Fonte: Folha de SP